



EDITORIAL: TEMPO DE DESPEDIDA E RENOVAÇÃO

Coordenar o Núcleo de Defesa da Diversidade e da Igualdade Racial (NUDDIR) foi uma missão desafiadora, tendo em vista a heterogeneidade das temáticas afetas à atuação desse órgão de execução, que se organizam em dois grandes eixos: “Defesa da Diversidade Sexual e de Gênero” e “Promoção da Igualdade Racial e Defesa de Povos e Comunidades Tradicionais”.

Diante da amplitude das questões LGBTQIA+, nosso projeto de atuação se valeu de uma perspectiva interseccional como uma ferramenta para identificação dos subgrupos mais vulneráveis do ponto de vista estrutural, organizacional, representacional e político dentro desse guarda-chuva amplo, os quais tendem a ser mais invisibilizados e marginalizados das agendas institucionais e práticas de direitos humanos.

A atuação do NUDDIR na pauta étnico - racial, por sua vez, é igualmente heterogêneo, pois abarca as demandas de negros(as), indígenas, quilombolas, caiçaras, ciganos(as), imigrantes africanos, dentre outros grupos, uma vez que a discriminação racial não se baseia apenas na raça/cor, mas também mobiliza fatores como ascendência, origem étnica ou nacional que são empregados arbitrariamente para impedir ou dificultar o reconhecimento e/ou exercício, em bases de igualdade, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos diversos campos da vida social.

Entretanto, considerando a vigência em nosso país, ao longo de quatro séculos, de uma estrutura colonial assentada na exploração da mão-de-obra de africanos escravizados e o genocídio indígena que lhe antecedeu, ganha especial vulto em nosso contexto social e histórico o racismo praticado em face de negros (pretos e pardos) e indígenas.

Muito embora a abolição legal da escravidão já ultrapasse 130 anos, a ótica desumanizadora da população negra ainda é hegemônica na sociedade brasileira. A ideia de inferioridade de negros e negras está na gênese da construção da identidade nacional, permeada por políticas oficiais e oficiosas de branqueamento da população de nítida feição eugenista. O racismo, enquanto construto ideológico indissociável de práticas sociais discriminatórias, permeia todos os campos da vida social: a) as instituições políticas, econômicas e jurídicas, b) os códigos de comportamento e, portanto, as relações interpessoais e c) as representações que compõem o campo simbólico.

A importância de tratar a temática racial de forma centralizada foi um grande esforço do nosso trabalho, uma vez que entendemos que a Defensoria Pública tem papel estratégico não somente no combate ao racismo, em suas dimensões estrutural, institucional e interpessoal, mas sobretudo na promoção de uma efetiva justiça racial pelo Estado brasileiro, uma vez que os direitos da população negra e indígena devem ser reconhecidos de forma efetiva.

Chegamos ao fim dessa jornada com a certeza da importância e relevância do trabalho realizado. Por outro lado, compreendemos que há uma dívida da Defensoria Pública de São Paulo com os grupos que são atendidos pelo NUDDIR, tendo em vista que o desmembramento do órgão é uma pauta que ainda não foi concretizada pela Instituição, o que coloca tais grupos em nítida situação de desvantagem em relação a outros. Por isso, seguiremos acompanhando o processo de expansão no âmbito do Conselho Superior da Defensoria Pública para exigirmos a efetivação desse compromisso firmado com a sociedade civil e com os movimentos sociais.



Julho 2022.

VINICIUS CONCEIÇÃO SILVA SILVA
Coordenador do NUDDIR

ATIVIDADES NUDDIR

NUDDIR ajuizou ação civil pública contra o Estado de SP em decorrência dos atos praticados pela Polícia Militar do Estado de São Paulo.

A “Caminhada São Paulo Negra” foi perseguida pela PM em 2020 e as condutas foram reiteradas em 2022. O grupo organiza uma visita guiada, que percorre locais e monumentos representativos para a população negra, tendo como propósito, para além da visita turística, a realização de um verdadeiro resgate da história do povo negro na cidade de São Paulo/SP.

O itinerário completo percorrido é de aproximadamente 3,5 km, com passagem pelos seguintes pontos: (1) Igreja Santa Cruz das Almas dos Enforcados; (2) Capela dos Aflitos; (3) Largo da Força/Praça da Liberdade; (4) Pelourinho/Praça Sete de Setembro; (5) Estátua Zumbi dos Palmares/Praça Antônio Prado; (6) Largo São Francisco; (7) Centro Cultural Ouvidor/Educafro; (8) Ladeira da Memória; (9) Galeria do Reggae; (10) Largo do Paiçandu.

Tratando-se de caso de perfilamento (ou filtragem racial) praticada por agentes de segurança do Estado que comprometeu atividade cultural e turística de valorização da memória, história e cultura negra, requer-se a condenação do Estado em danos morais coletivos na quantia de mil salários-mínimos a ser revertido em projetos culturais e turísticos que valorizam a cultura negra.

Assinam a ação os coordenadores do NUDDIR, Defensor Vinicius Silva e a Defensora Yasmin Pestana, e o Defensor Paulo Giotri.

O processo foi distribuído ao juiz Fausto Dalmaschio Ferreira da 11ª Vara de Fazenda Pública.

NUDDIR e EDEPE ministrarão curso sobre lei que instituiu ensino de História e Cultura Afro-Brasileira

Em parceria com a Escola da Defensoria (EDEPE), o Núcleo Especializado de Defesa da Diversidade e da Igualdade Racial (NUDDIR) oferecerá, a partir de setembro, um curso de formação sobre a Lei 10.639/2003. A norma tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio e é um dos marcos legais mais relevantes na construção de uma educação antirracista.

Direcionado a defensores/as, servidores/as, estagiários/as, professores/as e gestores/as, o curso discutirá os parâmetros mínimos da adequada aplicação dessa lei, a fim de ajudar a visibilizar demandas de discriminação racial nas escolas, bem como capacitar os profissionais internos e externos para acolhimento, suporte e proteção dos/as estudantes vítimas de racismo.

O início da atividade está previsto para o dia 22 de setembro. O calendário completo com o conteúdo programático será disponibilizado oportunamente. Um dos participantes confirmados é o professor Dagoberto Fonseca, do Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras (campus de Araraquara) da UNESP.

NUDDIR participa de audiência pública sobre comissão de heteroidentificação racial na USP

Em 12/7, o Defensor Público Vinicius Conceição Silva Silva, coordenador do Núcleo de Defesa da Diversidade e da Igualdade Racial (NUDDIR), participou de audiência pública sobre o processo de implementação da Comissão de Heteroidentificação no vestibular da FUVEST. O convite foi feito pela Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento (PRIP) da Universidade de São Paulo.

Vinicius destacou que o critério definidor dos beneficiados pela política pública de cotas raciais, implementada na USP em 2017, deve ser o fenótipo e não a autodeclaração. Por isso, é recomendável que, após a autodeclaração do candidato e a opção por concorrer a vaga reservada, a FUVEST verifique essa informação por meio da comissão de heteroidentificação, que deve ser constantemente capacitada. Conforme o Defensor Público, os procedimentos de heteroidentificação racial devem estar previstos no edital e a sociedade civil deve participar do controle dessa política pública.

NUDDIR e CONDEPHAAT defendem tradicional evento afro-brasileiro de Santana de Parnaíba

Com o objetivo de proteger uma manifestação cultural e religiosa surgida há mais de um século no bairro Cururuquara, em Santana de Parnaíba, o Núcleo Especializado de Defesa da Diversidade e da Igualdade Racial (NUDDIR) se reuniu com representantes do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) e do tradicional Grupo Treze de Maio de Samba de Bumbo de Cururuquara.

Membros das famílias que organizam a Festa de Cururuquara relataram que, na última década, o evento tem enfrentado tentativas de descaracterização. Além disso, neste ano a missa que faz parte do rito teve de ser realizada do lado de fora da Capela Maior de São Benedito, pois esta não foi aberta para o evento.

O NUDDIR atua para dirimir o conflito e proteger esse patrimônio cultural, bem como para combater qualquer discriminação racial. Os representantes do CONDEPHAAT também se colocaram à disposição para auxiliar na defesa da realização da festa conforme a tradição local.

Audiência pública para debater as violações de direitos contra visitantes de pessoas presas nas unidades prisionais.

Organizada pelo NESC, NUDEM, NUDDIR e EDEPE, o evento ocorreu no dia 27 de julho, das 18h30 às 22h, no auditório da defensoria pública, localizado na rua boa vista, 200, São Paulo - SP.

O evento foi transmitido ao vivo pelo canal Youtube da Escola da Defensoria Pública de São Paulo e será disponibilizado posteriormente.

Atuação conjunta do NUDDIR e do NCDH resulta em HC preventivo em favor de dois jovens negros.

A partir da atuação do NCDH na região conhecida como Cracolândia, foi identificado que dois jovens negros, MARCELO e SÁVIO, trabalhadores de um projeto social no local, vem sofrendo abordagens ilegais por parte da GCM, sob a justificativa de que possuem um "perfil criminoso". A atuação GCM revela a prática do "perfilamento racial", que consiste em ações realizadas por agentes da segurança pública motivadas por características físicas ou étnicas, calcadas em generalizações fundadas na raça, cor, descendência, nacionalidade, etnicidade ao invés de, como pressupõe a lei, evidências objetivas ou o comportamento do indivíduo para sujeitar pessoas a batidas policiais, revistas, verificações e reverificações de identidade e investigações.

Considerando, portanto, evidente violação à liberdade individual dos dois jovens negros e ao direito humano internacional à não discriminação, NCDH e NUDDIR ingressaram com o HC preventivo, a fim de cessar as revistas e abordagens arbitrárias contra os rapazes.

Em primeiro grau não foi concedida a liminar pleiteada, de modo que os Núcleos apresentaram HC preventivo ao Tribunal de Justiça de São Paulo (n. 2167800-53.2022.8.26.0000).

Por mais Terezas, Dandaras e Carolinas: Mulheres Negras em Movimento

Organizado pelos Núcleos Especializados de Defesa da Diversidade e da Igualdade Racial (NUDDIR) e de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (NUDEM).

O evento foi realizado no dia 22 de julho, das 9h30 às 12h30, no auditório da Defensoria Pública do Estado, localizado na Rua Boa Vista, 200, São Paulo - SP.



MATERIAIS DE APOIO

PARECER TÉCNICO COMISSÕES DE HETEROIDENTIFICAÇÃO NA USP

Excelentíssima Senhora Pro Reitora, cumprimentando-a, cordialmente, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo -por meio do Núcleo Especializado de Defesa da Diversidade e da Igualdade Racial (NUDDIR), vem apresentar considerações escritas sobre a proposta da regulamentação das comissões de Heteroidentificação da Universidade de São Paulo, em complementação a manifestação oral realizada na audiência pública do dia 12.07.2022.

Inicialmente reiteramos a importância da proposta que visa constituir as bancas de Heteroidentificação racial já no processo seletivo do SISU e FUVEST 2023, uma vez que é uma demanda histórica do movimento negro e dos coletivos estudantis da Universidade de São Paulo, além de ser um mecanismo de melhor efetivação da política de cotas raciais destinadas às pessoas negras (pretas e pardas). [MAIS.](#)

A Clínica de Direitos Humanos das Mulheres da USP, em parceria com a Universidade de Columbia e com a Clooney Foundation for Justice vem divulgar o Relatório “Aborto no Brasil: Falhas Substantivas e Processuais na Criminalização de Mulheres”, produzido em parceria entre 2021 e 2022.

No relatório, analisamos 167 decisões judiciais envolvendo a acusação de autoaborto (art. 124 do Código Penal) de 12 Tribunais de Justiça, do STJ e do STF.

A partir da análise de tais documentos, e colocando-os em contexto com diversas outras pesquisas sobre aborto no Brasil, pudemos identificar uma série de elementos que apontam para violações dos direitos das mulheres. [MAIS.](#)

NOTÍCIAS

Primeira feira mensal de produtos quilombolas estreia em São Paulo

[MAIS.](#)

Documentário do UOL traz a gestação de um homem trans.

[MAIS](#)

Pais que dão à luz: como o direito brasileiro regulamenta o registro dos filhos de transgêneros ? [MAIS](#)

Cota racial para candidatura é próximo passo, diz juiz do TSE.

[MAIS](#)

Documentário AUTODECLARADO discute colorismo, racismo, identidade racial e política pública de cotas no Brasil.

[MAIS.](#)

OS SENTIDOS DA NECROPOLÍTICA. [MAIS](#)

Em 16 anos, UnB vê presença de negro e indígena saltar de 4,3% para 48%... –

[Veja mais.](#)

Levantamento exclusivo do Fantástico mostra como acontecem os crimes raciais no Brasil.

Reportagem analisou mais de cem boletins de ocorrências e mostra que pessoas negras estão sujeitas a crimes em situações variadas do dia a dia.

[MAIS](#)

Visibilidade da luta de mulheres negras não diminui violência que as atinge, diz historiadora.

Para Ynaê Lopes dos Santos, situação é paradoxal e faltam políticas públicas voltadas a essa população. [MAIS](#)



Mulheres negras desistem de ter filhos por medo do racismo e proteção à saúde mental.

Decisão mira o autocuidado e leva em consideração a violência policial e obstétrica. [MAIS.](#)

Com cotas, número de alunos pretos e pardos cresce 61,6% em 4 anos na Unicamp, mas é menos de um terço do total da graduação. [MAIS](#)

Oposição blindada Lei de Cotas no Congresso enquanto universidades ampliam “bancas raciais”.

A Lei de Cotas, que reserva vagas em universidades e instituições federais a grupos específicos da população, completará dez anos em 29 de agosto. Nas últimas semanas, o debate sobre o tema tem se intensificado no Congresso e em universidades, não só pelo marco de uma década em si, mas porque há um dispositivo prevendo revisão da legislação em um prazo de dez anos. [MAIS.](#)

EQUIPE DO NÚCLEO

Coordenação

Defensor Público Coordenador: Vinicius Conceição Silva Silva

Defensora Pública Coordenadora Auxiliar: Yasmin O. M. Pestana

Centro de Atendimento Multidisciplinar (CAM)

Agente de Defensoria Psicóloga: Ana Luiza Patriarca Mineo

Agente de Defensoria Assistente Social: Tarciso Rinaldo Silva

Secretaria

Oficial de Defensoria: Corina Lima Chiarini

Oficial de Defensoria: Vanessa Brito de Jesus

Estagiários/as

Darlan Nascimento Martins
Mariana Toledo Eulalio dos Santos
Ester Helena Silverio Narciso
Rafaella Rugna Tonti